



Na coletiva, Ulysses afirmou o PMDB é o instrumento para mudar a estrutura social do País

JORNAL DE BRASÍLIA

“Exageros” sobre a anistia têm nota de esclarecimento

Representantes de 15 associações que lutam pela ampliação da anistia rebateram ontem as afirmações de que os militares cassados estão querendo receber, cada um deles, “o valor de uma lota”. Em nota distribuída a constituintes e à imprensa, eles afirmaram que a indenização especial que estão pleiteando — relativa a soma das atuais proventos, a partir dos últimos cinco anos equivale a Cz\$ 17.452.322.400, e não “a exagerada cifra de Cz\$ 140 bilhões”, divulgada pela imprensa.

Segundo o comandante Melo Bastos, os representantes das associações permanecerão em Brasília até promulgação da nova Carta. No documento distribuído eles rebatem outras informações que estão sendo publicadas, a respeito de pontos como a reintegração e o problema dos marinheiros

Inverdade

Os militares cassados dizem não ser verdade que eles estejam reivindicando sua reintegração ac serviço ativo. “Na leitura das propostas existentes será fácil verificar que elas não contemplam

o retorno aos quartéis. Primeiro, porque os que poderiam fazê-lo não desejam. Segundo porque a maioria, pelos anos decorridos, já atingiu a idade limite de permanência no serviço ativo”, diz a nota. O documento ressalta também que “as promoções pretendidas e propostas só se darão na inatividade”.

Com relação aos marinheiros, as associações afirmam que nas propostas existentes, o que se cogita é somente a anistia aos marinheiros e cabos da Aeronáutica cujos nomes não constam das relações, objetos da Exposição de motivos nº 138, de 21 de agosto de 1984, e na solução do Inquérito Policial Militar da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira, publicado no Bletim Reservado nº 21, de 11 de maio de 1965. Ao todo, informa se tratar de cerca de 1.554 pessoas. Acrescentam que os marinheiros e cabos só pretendem alcançar aqueles direitos mínimos, que lhes possibilite a percepção de proventos, e às suas famílias a pensão, e à assistência médico-hospitalar”.

Deputado é contra alterações

O Presidente da República, em exercício, Ulysses Guimarães, condenou ontem a pretensão do Palácio do Planalto, de modificar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte para, com isso, efetuar as mudanças que acha necessárias.

Ulysses Guimarães, que reassumiu hoje as funções de presidente da Constituinte, deixou clara a sua posição: “Sou contra, acho que não deve mudar; se mudar num ponto, surgem emendas para que sejam mudados outros pontos, e nós vamos, na verdade, retomar todo o trabalho difícil, longo e complexo da Constituinte”.

O deputado Ulysses Guimarães argumentou que “o Regimento Interno, como está

elaborado, tem condições de aprimorar o texto em eventuais deficiências ou lacunas”. E encerrou o assunto: “Que o Presidente tenha idéias a esse respeito, ele pode ter, como qualquer brasileiro”.

Ulysses Guimarães disse ser contra o mandato-tampão e insistiu na necessidade de realizar as eleições municipais. Disse estar certo de que a maioria do PMDB acompanhará o seu compromisso de fazer, este ano, as eleições de prefeitos e vereadores.

Ulysses ironizou que “há muitos democratas no Brasil que são sui generis, com características inéditas: têm medo de eleições, entendem que elas são um elemento complicador, que devem ser adiadas”.

Josemar Gonçalves



Emocionada, Moema chorou e foi consolada por parlamentares